



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



**MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA FERNANDES**

**ANALISE DO PPC DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CAMPUS  
DE SOUSA NA PREPARAÇÃO DO DISCENTE PARA CARREIRA DE  
AUDITOR**

SOUSA

2014

**MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA FERNANDES**

**ANÁLISE DO PPC DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CAMPUS  
DE SOUSA NA PREPARAÇÃO DO DISCENTE PARA CARREIRA DE  
AUDITOR**

Monografia apresentada a Universidade Federal de Campina Grande do Curso de Ciências Contábeis da UACC/ CCJS/ UFCG, como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharelado em Ciências Contábeis.

**Orientadora: Prof. Esp. Gianinni  
Martins Pereira Cirne**

SOUSA

2014

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido trabalho de conclusão de curso, intitulado “**ANALISE DO PPC DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CAMPUS DE SOUSA NA PREPARAÇÃO DO DISCENTE PARA CARREIRA DE AUDITOR**”, trabalho este que foi pré-requisito de conclusão do curso em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Campina Grande. Portanto, ficam a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa-PB, Março de 2014.

Maria de Fátima Oliveira Fernandes  
Autor(a)

Maria de Fátima Oliveira Fernandes

**ANALISE DO PPC DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CAMPUS DE SOUSA NA  
PREPARAÇÃO DO DISCENTE PARA CARREIRA DE AUDITOR**

Trabalho de Conclusão apresentado ao  
Curso de Ciências Contábeis, da  
Universidade Federal de Campina  
Grande, em cumprimento aos requisitos  
necessários para a obtenção do título  
de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em: Março de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Esp. Gianinni Martins Pereira Cirne  
Professor Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Lúcia Silva Albuquerque  
Membro examinador

---

Prof<sup>a</sup>. Janaina Ferreira Marques de Melo  
Membro examinador

Sousa-PB

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos.

A Santa Terezinha quando algumas vezes sentindo-me perdida nos meus objetivos, intercedeu por mim, direcionando um novo mundo de possibilidades.

Ao meu esposo Valdecy Neto, maior incentivador deste projeto, pela paciência, dedicação, compreensão, otimismo e confiança depositada em mim. A você, o meu muito obrigado, mesmo ciente de que quaisquer que sejam as palavras, jamais conseguirão expressar toda a minha admiração por ti.

Aos meus pais Horácio e Ivanete, e a meus irmãos, em especial Adailton, que mesmos pela dificuldade nunca deixaram de acreditar em meu sucesso e prosperidade.

O agradecimento mais que especial, a uma pessoa que ainda não sabe ler as linhas que escrevo. Meu filho Fernando, antes de você nascer eu achava que sabia o que era amor, mas eu estava enganada, pois o amor que sinto por você não conhece nenhuma barreira e também não pode ser medido, por nada. Você é o pedacinho que faltava para completar a nossa família e torná-la a expressão maior da palavra AMOR. Com você tenho me sentido mais viva de verdade.

A minha sogra M<sup>a</sup> das Neves pelo apoio, carinho e compreensão durante todo o decorrer do curso e o período de elaboração desta monografia, que tenho a certeza de que sem ela não estaria desfrutando desta conquista.

Aos meus queridos amigos da academia, com os quais pude desfrutar momentos de descontração, aprendizado, motivação e amizade. Obrigada por torcerem por mim e me incentivarem não só na vida profissional, mas em todos os assuntos.

A todos os colegas da vam de Pimenta, em especial a Pimenta que sempre me deram força e acompanharam todo esse processo, transformando-se numa segunda família.

Agradeço a orientação e atenção recebida da professora Gianinni Martins, minha orientadora neste trabalho, que desde o primeiro encontro, mostrou-se totalmente disposta a me amparar nessa empreitada, depositando confiança e otimismo.

Agradeço também ao Prof. Fabiano Ferreira, através de suas contribuições e orientações precisas e relevantes.

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração, estímulo e empenho de diversas pessoas. Gostaria, por este fato, de expressar toda a minha gratidão e apreço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta tarefa se tornasse uma realidade. O resultado final é a soma da colaboração, de alguma forma, de cada um de vocês! OBRIGADA.

Dedico esta monografia a meu esposo Valdecy Neto, por sua capacidade de acreditar e investir em mim. Obrigada pelo carinho, paciência e por sua capacidade de me trazer paz na correria do dia a dia e ao meu filho Fernando que tanto amo.

## RESUMO

Diante de um sistema capitalista que abrange a economia de um país, faz-se necessário a aplicação de alguns mecanismos que regulam os órgãos encarregados de promover regras de credibilidade e aprimoramento do mercado de capital diante do público investidor e da sociedade como um todo. Sendo assim, cabe à auditoria verificar informações e práticas contidas nas inspeções de forma que os órgãos reguladores governamentais e as entidades reguladoras da profissão contábil adquiram normas técnicas e de conduta ética-profissional qualificada e com objetivos voltados ao público interessado. A pesquisa caracteriza-se como parte de um estudo exploratório onde verifica-se uma análise de dados voltada para a aquisição de informações relatadas e de pesquisa qualitativa sobre fenômenos estudados por pesquisadores citados ao longo da obra. A metodologia aqui utilizada compreendeu procedimento de coleta e fontes de informações que demonstra a aplicação de elementos qualitativos e variáveis para se conhecer a problemática como um fenômeno social. A análise de dados foi adquirida através de levantamento de dados (questionamentos) onde se verifica a importância de informações relacionadas ao componente curricular Auditoria Contábil. Como resultado, a pesquisa mostrou que a instituição prepara o discente para atuar como profissional contábil em diversos segmentos, e que para exercer uma carreira específica faz-se necessária a especialização no segmento desejado.

**Palavras-chave:** Auditor Independente. Normas de Auditoria. Projeto Pedagógico

## **ABSTRACT**

Facing a capitalist system that covers the economy of a country , it is necessary to apply some mechanisms governing bodies for the promotion rules of credibility and improving the capital market before the investing public and society as a whole. Therefore , it is up to audit and verify the information contained in inspection practices so that government regulators and regulators of the accounting profession and acquire technical standards of ethics and professional conduct qualified and objectives directed to the public. The research is characterized as part of an exploratory study where a data analysis focused on the acquisition of information reported and qualitative research on the phenomena studied by researchers cited throughout the book there is . The methodology used here comprised the collection procedure and sources of information that demonstrates the application of qualitative and variable elements to meet the problem as a social phenomenon . The analysis of data was acquired through survey data ( questions ) where there is the importance of information related to the curricular component Accounting Auditing . As a result , research has shown that the institution prepares the student to work as an accounting professional in various segments , and to pursue a specific career is necessary specialization in the desired segment.

**Keywords: Independent Auditor. Auditing Standards. Pedagogical Project**



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABRASCA** – Associação Brasileira das Companhias Abertas.

**ABRES** – Associação Brasileira de Estágios.

**APIMEC** – Associação dos Analistas e profissionais de investimento do mercado de Capitais.

**BOVESPA** – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo.

**CFC** – Conselho Federal de Contabilidade.

**CNAI** – Conselho Nacional de Auditores Independentes.

**CPC** – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**CRC** – Conselho Regional de Contabilidade.

**CVM** – Comissão de Valores Mobiliários.

**FIPECAFI** – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.

**IBAI** – Instituto Brasileiro de Auditores Independentes.

**IBRACON** – Instituto Brasileiro de Contadores.

**ICPB** – Instituto dos Contadores Públicos do Brasil.

**INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**NBC TA'S** – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria.

**PPC** – Projeto Pedagógico de Ciências Contábeis

**RC** – Receita Federal

**SUSEP** – Superintendência de Seguros Privados.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- A evolução cronológica da legislação ao ensino superior de Contabilidade no Brasil .....	32
Quadro 2- Perfil Profissigráfico para os egressos.....	38
Quadro 3- Estrutura dos Conteúdos Curriculares do curso de Ciências Contábeis.....	40
Quadro 4 - Ementas dos componentes curriculares das disciplinas de Auditoria e Estágio Supervisionado em Auditoria Contábil.....	42

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Formação do professor.....	43
GRÁFICO 2- Visão dos professores com relação à didática referente a preparação dos exames do CFC.....	44
GRÁFICO 3- Preparação os alunos para um campo vocacional específico.....	45
GRÁFICO 4- oferecimento de algum curso preparatório para exames das classes.....	45
GRÁFICO 5- Buscam atualização na área de Auditoria Contábil, tratando-se das novas Resoluções sobre a matéria.....	46

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA DA PESQUISA .....	14
<b>1.1 Objetivos</b> .....	17
1.1.1 Objetivo Geral: .....	17
1.1.2 Objetivos Específicos:.....	17
<b>1.2 Justificativa</b> .....	18
<b>1.3 Metodologia</b> .....	19
1.3.1 Universo da pesquisa e amostra .....	19
1.3.2 Quanto aos Procedimentos de Coleta e Fontes de Informação .....	19
1.3.3 Quanto aos Objetivos.....	20
1.3.4 Quanto à Natureza dos Dados .....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
<b>2.1 Auditoria</b> .....	22
2.1.1 Conceitos e Definições de Auditoria .....	22
2.1.2 Importância das Normas de Auditoria .....	23
<b>2.2 Normas Profissionais do Auditor Independente</b> .....	24
2.2.1 Competência técnico-profissional.....	24
2.2.2 Independência e sigilo.....	25
2.2.3 Exame e qualificação técnica .....	26
<b>2.3 Órgãos Regulamentadores da Auditoria no Brasil</b> .....	27
2.3.1 CVM: Comissão de Valores Mobiliários .....	27
2.3.2 IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.....	28
2.3.3 Conselhos de Contabilidade .....	28
2.3.4 CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.....	29
<b>2.4 Ensino Superior no Brasil</b> .....	29
2.4.1 O ensino superior em Ciências Contábeis .....	31
<b>2.5 O Projeto Pedagógico</b> .....	35
2.5.1 O Currículo do Curso Ciências Contábeis no componente curricular na Disciplina de Auditoria.....	38
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	44
3.1 Etapa 1: Questionário aplicado aos docentes .....	44
3.2 Etapa 2: Questionário aplicado ao coordenador .....	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51

5 REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICE: .....	58

## 1 INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

O ensino superior deve proporcionar aos seus egressos uma visão ampla, com a finalidade de produzir e disseminar conhecimentos capazes de promover um ensino de uma profissão.

Os dados do Censo da Educação Superior divulgados pelo Ministério da Educação o total de alunos matriculados na educação superior brasileira ultrapassou a marca de 7 milhões em 2012. Esse número representa aumento de 4,4% no período 2011–2012. Enquanto o número de matrículas nas instituições públicas cresceu 7%, o aumento na rede particular, responsável por 73% do total, foi de 3,5%. Os 7.037.688 alunos matriculados em cursos de graduação no Brasil estão distribuídos em 31.866 cursos, oferecidos por 2.416 instituições — 304 públicas e 2.112 particulares. O total de estudantes que ingressaram no ensino superior em 2012 chegou a 2.747.089. O número de concluintes, a 1.050.413.

Diante deste cenário, o aumento nas ofertas de cursos superiores facilitou o acesso dos brasileiros ao ensino superior, expansão esta se deve as mudanças do perfil da população, mudanças históricas e culturais. Outro ponto relevante foi o Exame Nacional do Ensino Médio como critério de seleção para o ingresso no ensino superior facilidade que os estudantes encontrarão para cursar o ensino superior, seja em universidades públicas ou privadas, pois através deste novo método de seleção é possível garantir vagas e bolsas de estudo.

Em se tratando do ensino superior em contabilidade de acordo com o último Censo Escolar do Inep/MEC 2012, contabilizaram-se aproximadamente 313.174 milhões de estudantes matriculados. O presidente da ABRES - Associação Brasileira de Estágios, Carlos Henrique Mencaci, afirma que: "Os jovens estão cada vez mais motivados a dedicar-se à vida acadêmica, pois reconhecem a importância de uma formação para sua carreira".

A carreira de Auditor independente é uma opção dos profissionais formados no curso de Ciências Contábeis, devidamente habilitados nos Conselhos Regionais de Contabilidade, no Instituto dos Auditores Independentes do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários. O Exame de Qualificação Técnica é o principal requisito para ingresso no Cadastro Nacional de Auditores Independentes e do Conselho Federal de Contabilidade.

A aprovação no Exame de Suficiência é uma das etapas obrigatórias para a obtenção do registro em CRC (Conselho Regional de Contabilidade), documento necessário para o exercício da profissão contábil no País.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, em 2012, a primeira prova registrou 30.720 inscritos e foram aprovados 47,19% dos bacharéis. No segundo Exame de Suficiência do mesmo ano, foram registrados 32.003 candidatos inscritos na prova de Bacharel em Ciências Contábeis, dos quais 7.613 foram aprovados um índice de aprovação de 26,5%.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) 2012, que tem como finalidade monitor a qualidade dos cursos de graduação, as instituições são divididas em faixas que vão de 1 a 5, um resultado abaixo de três são consideradas insatisfatórias pelo MEC e os conceitos 1 e 2 são considerados abaixo da média. Como avaliação do curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – Campus de Sousa da UFCG, ficou com o conceito 3, considerando que o curso teve com resultado uma média satisfatória.

A dimensão da escolha do curso superior deve ser considerada sob a perspectiva de continuidade da carreira. De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, nº 560/83, no Art. 2º, o contabilista pode exercer, dentre outras funções, tais como: auditor interno, agente fiscal, perito judicial, auditor independente, professor na condição de profissional liberal, de empregado, de servidor público ou sócio de qualquer tipo de sociedade.

Os formandos vivenciam fases transitórias de escolhas e vão aderindo novos objetivos e interesses, porém a preparação para o ingresso no mundo do trabalho, relacionado às noções de carreira dentro da profissão escolhida ainda não permitem ao jovem direcionar uma perspectiva futura.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil afirma crescimento na procura das empresas em relação a este profissional, no entanto, o crescimento desta profissão não esta sendo correspondido, pois pesquisas apontam um baixo índice de auditor independente.

Devido à relevância deste tipo de atividade para o funcionamento dos mercados e também em razão da carência de auditores independentes, apontada em estudos anteriores, apresenta-se a questão que esta pesquisa busca responder: **As disciplinas ofertadas no curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências**

**Jurídicas e Sociais – Campus de Sousa da UFCG preparam os alunos para a carreira de auditor?**



## **1.1 Objetivos**

### *1.1.1 Objetivo Geral:*

Verificar se disciplinas ofertadas na percepção dos docentes e da coordenação no curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – Campus de Sousa da UFCG preparam os alunos para a carreira de auditor.

### *1.1.2 Objetivos Específicos:*

- Descrever o que é exigido pelo IBRACON na formação da profissão de Auditor;
- Evidenciar os conteúdos programáticos da disciplina de Auditoria;
- Identificar nas perspectivas dos docentes a preparação para a carreira de Auditor.

## 1.2 Justificativa

A escolha de um curso superior determina decisões que terão amplo impacto sobre futuras carreiras, pois estará iniciando um caminho com inúmeras oportunidades profissionais. Contudo, a identificação com a profissão é reconhecidamente um fator relevante para ingressar no mercado de trabalho de modo que possam desenvolver carreiras de maneira eficaz.

Auditoria independente é uma área de atuação para os formandos em Contabilidade que cresce no país. De acordo com Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, a cada ano cerca de 4 mil jovens entram no mercado de trabalho. Mudanças na política econômica, à busca por maior transparência nos negócios e as constantes alterações legais são fatores que apontam o crescimento desse mercado. De acordo com o setor, hoje aproximadamente 10 mil empresas no país necessitam do serviço de auditoria e a expectativa é que esse número salte para 15 mil até 2016.

Apesar do cenário otimista, com crescimento significativo no mercado para profissionais no ramo de auditoria, pesquisa realizada por (AMORIM, 2012) aborda o problema da carência de auditores independentes no Brasil, de acordo com pesquisas anteriores, o número de auditores no país é insuficiente, considerando um baixo índice de auditores independentes no Brasil. Para Ismael Martinez, sócio-diretor da KSI Brasil, empresa de Auditoria e Consultoria, cita no site *Brasil Econômico* a escassez de profissionais na área deve-se ao aumento da procura por serviços contábeis pelas empresas e a baixa procura dos jovens pela carreira de contabilidade.

Neste cenário, pelo vasto crescimento do profissional de auditor independente e por ser uma das carreiras mais promissoras para alunos com formação Contábil, este trabalho busca verificar quais os aspectos que favorecem e interferem para esta formação.

### 1.3 Metodologia

Este trabalho originou de numa pesquisa exploratória com a perspectiva de identificar a preparação para a carreira de Auditor na percepção dos docentes e da coordenação do curso de ciências contábeis da UFCG/CCJS relacionados às disciplinas de Auditoria, tendo em vista uma profissão que vem se expandindo e por ser uma atividade para os profissionais concluintes do curso de ciências contábeis.

#### 1.3.1 Universo da pesquisa e amostra

O trabalho foi realizado de acordo com as seguintes etapas:

- Questionário elaborado para os docentes que lecionam a disciplina de Auditoria enfatizando a didática utilizada e a forma como se atualizam na matéria;
- Questionamento elaborado para o coordenador do curso de Ciências Contábeis da UFCG/CCJS seguindo o PPC do curso como parâmetro.

A população para estudo compreende os professores que lecionam a disciplina de Auditoria e o coordenador do curso de Ciências Contábeis da UFCG/CCJS, totalizando dois docentes e um coordenador.

#### 1.3.2 Quanto aos Procedimentos de Coleta e Fontes de Informação

A pesquisa está pautada nas observações de autores em livros, dissertações, artigos publicados em revistas e periódicos documentos e pronunciamentos divulgados por órgãos reguladores e órgãos de classe.

Observa-se que segundo Gonsalves (2011, p. 36):

A pesquisa bibliográfica é caracterizada pela utilização de fontes secundárias, ou seja, pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos, revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito.

Nas palavras de Lakatos, Marconi (2003):

Pesquisa bibliográfica: busca o reconhecimento da área de pesquisa na qual está incluído o tema selecionado. Desenvolve-se a partir da busca de todo material já elaborado que trate do mesmo tema, especialmente de livros, artigos científicos e textos. A pesquisa bibliográfica é pré-requisito para pesquisas em qualquer área, pois ela contribui para que o pesquisador construa um domínio sobre o tema, a partir do conhecimento de todo, senão de grande parte, de tudo o que já foi escrito acerca do seu tema de investigação.

A pesquisa bibliográfica fornece ao investigador uma ampla cobertura de fenômenos, pois se trata de uma investigação sobre o tema escrito possibilitando analisar em profundidade cada informação utilizando fontes diversas.

As informações foram obtidas através da aplicação de questionário estruturado, aplicado junto aos docentes que lecionam as disciplinas de auditoria e com a coordenação do curso de ciências contábeis da UFCG/CCJS.

Serão aplicados dois tipos de questionários, um para o corpo docente e outro para o coordenador, no entanto algumas questões foram replicadas da dissertação do autor: (MADEIRA, 2001).

### *1.3.3 Quanto aos Objetivos*

O estudo exploratório é utilizado quando um assunto ainda é pouco explorado ou não se tem conhecimento sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno. As pesquisas exploratórias, segundo Gil (2008) visa proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo.

Para Lakatos, Marconi (2003):

A pesquisa exploratória deve estar voltada para a formulação de questões ou de problemas de investigação, que aumentem a familiaridade do pesquisador com o assunto, desenvolver hipóteses sobre o tema pesquisado e modificar ou esclarecer conceitos.

A pesquisa exploratória preocupa-se em aumentar o número de conhecimentos sobre o assunto, segundo Hair Jr. (2005), a pesquisa exploratória é útil para o pesquisador que não sabe muito.

Lakatos, Marconi (2003), ressalva que:

Pesquisas Exploratórias: Têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideais, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos [e níveis] de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. São desenvolvidas, tais pesquisas, com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

A pesquisa exploratória ocorre normalmente quando há pouco conhecimento sobre o assunto abordado, por meio da exploração busca conhecer com maior intensidade o assunto de modo a torná-lo, mais fácil ao construir os objetivos para conclusão da pesquisa.

#### 1.3.4 Quanto à Natureza dos Dados

Este trabalho possui elementos qualitativos. Para Vieira (2009, p.5) “o pesquisador busca, basicamente, levantar as opiniões, as crenças e o significado das coisas”.

Um problema qualitativo pode ser uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social.

Conforme Richardson (1999) citado por Beuren (2006):

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Ressalta também que podem contribuir no processo de mudanças de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON 1999, p 80 citado por BEUREN 2006, p.91).

A pesquisa qualitativa consiste em analisar, mais profundamente os relatos e fenômenos que vão ser estudados pelos pesquisadores. Segundo GIL (2008): A análise dos dados nas pesquisas experimentais e nos levantamentos é essencialmente qualitativa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Auditoria

#### 2.1.1 Conceitos e Definições de Auditoria

Auditoria está relacionada com métodos para a verificação das informações e práticas de inspeções com o intuito de avaliar a veracidade dos registros, para expressar opiniões que avaliam a eficiência e eficácia do controle patrimonial.

De forma ampla, (SÁ, 2007) define auditoria como sendo uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendal, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

De acordo com a NBC TA 200:

O objetivo de uma auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

A NBC TA 200 (Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução de uma Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria) foi aprovada através da resolução CFC nº 1.203/09, em virtude do processo de convergência aos padrões internacionais de auditoria no Brasil, que passou a adotar as Normas do IFAC (*International Federation of Accountants*).

Segundo (Franco e Marra, 2001) definem auditoria como:

Técnica contábil que através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionados com o controle do patrimônio de uma entidade - objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com princípios fundamentais e normas de Contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas.

Em suma, auditoria são levantamentos, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade. (CREPALDI, 2012). O mesmo autor, completa dizendo que a finalidade do exame das demonstrações financeiras é expressar uma opinião sobre a propriedade e adequação destes documentos de forma a assegurar que representem adequadamente a posição patrimonial e financeira da entidade, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos correspondentes ao período em exame, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados com uniformidade durante os períodos.

### 2.1.2 Importância das Normas de Auditoria

As normas tem a finalidade de uniformizar os procedimentos adotados, assim como a qualidade do trabalho do auditor, de acordo com princípios de contabilidade. Essas normas estabelecem regras de forma que a opinião do auditor tenham resultados e indicações concretos e embasamentos que podem de ser justificados.

Crepaldi (2012) destaca normas como regras estabelecidas pelos órgãos regulares da profissão contábil, em todos os países, com o objetivo de regulamentar o exercício da função do auditor, estabelecendo orientação e diretrizes a serem seguidas por esses profissionais no exercício de suas funções.

Attie (2011), ressalva que:

As normas de auditoria diferem dos procedimentos de auditoria, uma vez que eles se relacionam com as ações a serem praticadas, conquanto as normas tratam das medidas de qualidade da execução destas ações e dos objetivos a serem alcançados através dos procedimentos. As normas dizem respeito não apenas às qualidades profissionais do auditor, mas também a sua avaliação pessoal pelo exame efetuado e do relatório emitido.

No Brasil, a atividade de auditoria pode ser classificada quanto à forma de intervenção, a qual pode ser: interna e externa. A auditoria interna é executada por um profissional liberal ligado à empresa, designado a verificação dos fatos, como serviço prestado a administração. Enquanto, a auditoria externa é executada por um profissional independente, sem vínculo com a empresa auditada.

A auditoria independente é fiscalizada pelos órgãos reguladores, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários e pelos órgãos de classe, Conselho Federal de Contabilidade e IBRACON, com a finalidade aumentar a confiabilidade das informações contábeis elaboradas pela empresa na visão dos participantes do mercado e da sociedade e promover um sistema de auditoria independente eficiente.

O CFC tem apresentado diversas normas sobre a prática de auditoria que estão incluídas nas Normas Brasileiras de Contabilidade. Serão destacadas as normas referentes ao profissional auditor independente, objeto de estudo desta pesquisa.

## **2.2 Normas Profissionais do Auditor Independente**

### **2.2.1 Competência técnico-profissional**

Para a atuação da profissão de Auditor Independente são exigidas técnicas ou qualificação profissional pelos agentes reguladores, atribuição mínima para manter uma classe profissional regularizada e com condições para melhor desenvolvimento de suas atividades. Para atuação do exercício o auditor independente deverá estar registrado no CRC, classificado com categoria de contador e deverá submeter-se a exame de competência profissional, de acordo com a regulamentação estabelecida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Instrução da CVM 308, de 14 de maio de 1999, regulamenta em seu artigo 3º que, para que um profissional possa se registrar como Auditor Independente – Pessoa Física, o interessado deverá: “estar registrado em CRC, na categoria de contador”. (CVM, 1999). Tão logo, percebe-se que o profissional que estiver cadastrado na categoria de Técnico em Contabilidade não poderá atuar como um auditor independente, apenas os profissionais cadastrados na categoria de contador.

Para o cadastro no CRC um dos requisitos é a aprovação no Exame de Suficiência, regulamentada pela Resolução CFC 1.373, de 8 de dezembro de 2011, em seu artigo 2º. A mesma resolução define o conceito de Exame de Suficiência com sendo: “prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios,



consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de Técnico em Contabilidade”.

O auditor independente no exercício da profissão requer qualificações e competências necessárias para a adequada execução de sua função, no entanto, a auditoria contábil deve ser executada por uma pessoa física legalmente habilitada na categoria contadora perante o Conselho Regional de Contabilidade.

### 2.2.2 Independência e sigilo

De acordo com Resolução CFC nº 1.267/09, entende-se como independência o estado no qual as obrigações ou os interesses da entidade de auditoria são, suficientemente, isentos dos interesses das entidades auditadas para permitir que os serviços sejam prestados com objetividade.

Na mesma Resolução são definidas as exigências para o termo independência:

**Independência de pensamento** - postura que permite expressar uma opinião sem ser afetado por influências que comprometem o julgamento profissional, permitindo à pessoa agir com integridade, objetividade e ceticismo profissional;

**Aparência de independência** - evitar fatos e circunstâncias significativos a ponto de um terceiro bem informado, tendo conhecimento de todas as informações pertinentes, incluindo as salvaguardas aplicadas, concluir dentro do razoável que a integridade, a objetividade ou o ceticismo profissional da entidade de auditoria ou de membro da equipe de auditoria ficaram comprometidos.

Nesse contexto, a condição de independência é fator predominante para o exercício da atividade, isso requer em estado de pensamento como de aparência.

Em relação ao sigilo a Resolução CFC nº 1.100/07 aprova a NBC PA 1.6, estabelece as diretrizes a serem empregadas pelo Auditor Independente sobre questões de sigilo profissional nos trabalhos de auditoria. A mesma resolução define sigilo como: “a obrigatoriedade do Auditor Independente não revelar, em nenhuma hipótese, salvo as contempladas neste documento, as informações que obteve e tem conhecimento em função de seu trabalho na entidade auditada”.

Ao cumprir suas responsabilidades profissionais o auditor independente faz-se necessário o levantamento de dados inerentes ao processo de prestação de serviço,

contudo a proteção de tais informações é fator essencial, uma vez que são obtidas informações sigilosas. No entanto, o profissional deve observar as disposições legais vigentes, principalmente a verificação de sua contratação pelo referido cliente quaisquer violação das normas profissionais, especialmente relacionadas sobre a independência bem como o Código de Ética Profissional do Contabilista.

### *2.2.3 Exame e qualificação técnica*

Um dos requisitos para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes é aprovação no Exame de Qualificação Técnica, exigência para o Contador devidamente registrado no CRC para atuação na atividade de auditor independente.

O Exame de Qualificação Técnica é o principal requisito para ingresso no Cadastro Nacional de Auditores Independentes do Conselho Federal de Contabilidade e, também, é exigência da Comissão de Valores Mobiliários, para todos os que desejarem obter registro naquele órgão para atuar em Auditoria Independente no âmbito do Mercado de Capitais.

O Cadastro Nacional de Auditores Independentes do Conselho Federal de Contabilidade foi criado pela Resolução CFC nº 1.019, de 18 de fevereiro de 2005, como resposta à exigência da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil de realização de exame de qualificação para os auditores que atuam nas áreas reguladas por esses órgãos.

O Cadastro Nacional de Auditores Independentes tem por fim cadastrar todos os profissionais que atuam no mercado de auditoria independente, permitindo, assim, ao Sistema Conselho Federal de Contabilidade e do Conselho Regional de Contabilidade conhecer a distribuição geográfica desses profissionais, como atuam no mercado e o nível de responsabilidade de cada um, disponibilizando essas informações aos Conselhos Regionais para que estes possam fiscalizar o exercício profissional com mais eficácia.

O Exame de Qualificação Técnica foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade e o IBRACON, para avaliar o conhecimento e a competência técnico-profissional dos contadores que pretendem obter o registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), com vistas a atuarem na área de Auditoria Independente.

## 2.3 Órgãos Regulamentadores da Auditoria no Brasil

As regras ditadas pelos órgãos reguladores para o exercício da profissão do auditor independente têm como objetivo a regulamentação da profissão e estabelecem diretrizes a serem seguidas como meio de nortear o desenvolvimento de seus trabalhos. Os principais órgãos regulamentadores da Auditoria no Brasil são: CVM – Comissão de Valores Imobiliários; IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil; CFC – Conselho Federal de Contabilidade; CRC – Conselho Regional de Contabilidade; CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### 2.3.1 CVM: Comissão de Valores Mobiliários

Comissão de Valores Mobiliários é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976. É responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país. A Comissão de Valores Mobiliários tem o poder de fiscalizar as matérias referentes ao mercado de valores mobiliários e também o trabalho dos auditores que é parte integrante dessa atuação. Diante do exposto, pode-se dizer que a Lei 6.385/76, no seu art. 26, estabelece o registro na Comissão de Valores Mobiliários o principal meio para as empresas de auditoria contábil ou auditores independentes atuarem no âmbito do Mercado de Capitais:

Somente as empresas de auditoria contábil ou auditores contábeis independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários, poderão auditar, para os efeitos desta Lei, as demonstrações financeiras de companhias abertas e das instituições, sociedades ou empresas que integram o sistema de distribuição e intermediação de valores mobiliários.

Dessa forma, o artigo 26 da Lei 6.385/76 determina que somente os auditores independentes registrados na CVM possuem a prerrogativa de auditar as demonstrações contábeis das companhias abertas e demais integrantes do Mercado de Valores Mobiliários.

### 2.3.2 IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

O IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil foi constituído em 13 de dezembro de 1971. O IBRACON surgiu da união de dois institutos que congregavam contadores que trabalhavam com auditoria independente: o Instituto dos Contadores Públicos do Brasil (ICPB) e o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBAI), que se uniram para a obtenção de uma melhor estrutura e representatividade em benefício da profissão.

O IBRACON tem a função de discutir, desenvolver e aprimorar as questões éticas e técnicas da profissão de auditor e de contador e, ao mesmo tempo, atuar como porta-voz dessas categorias no diálogo com reguladores e organismos públicos e privados e com a sociedade em geral.

Também é função do IBRACON auxiliar na correta interpretação das normas, aprimoramento da formação profissional através de capacitações periódicas, tais como: palestras, seminários, treinamentos e boletins com informações mensais com artigos relacionados a temas do momento.

### 2.3.3 Conselhos de Contabilidade

O Conselho Federal de Contabilidade, criado pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, é uma Autarquia Especial Corporativa, dotado de personalidade jurídica de direito público. O CFC é integrado por um representante de cada estado e mais o distrito federal, no total de 27 conselheiros efetivos.

É responsável, principalmente a de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

O Conselho Regional de Contabilidade (CRC) é uma Associação de Classe profissional brasileira formado por contadores eleitos em cada estado e no Distrito Federal por Contadores e Técnicos Contábil. Foi criado em 27 de maio de 1946, por meio do Decreto-Lei nº 9.295/46.

Os Conselhos de Contabilidade são entidades de fiscalização dos profissionais habilitados como Contadores e Técnicos em Contabilidade, portanto para exercerem suas atividades profissionais deverão ser registrados no CRC. Para obtenção do registro no CRC um dos requisitos é a aprovação no Exame de Suficiência que é feito na conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.

#### 2.3.4 CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi o resultado da união de seis entidades (ABRASCA, APIMEC, Bovespa, CFC, FIPECAFI e IBRACON). Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, para ser um órgão responsável pela emissão dos pronunciamentos contábeis no Brasil, em função das necessidades de convergências internacionais das normas contábeis.

Tem como objetivo “o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais”.

Os órgãos responsáveis na fiscalização da adoção dos procedimentos técnicos emitidos pelo CPC são: (CVM, BACEN, CFC, SUSEP, RF), pois o CPC só emite os pronunciamentos técnicos e não tem poder de obrigar a aplicação dos mesmos.

## 2.4 Ensino Superior no Brasil

Segundo (Mackenzie, Eraut e Jones *apud Peleias, 2006*): A universidade nasceu num claustro e tornou-se uma arena. No início funcionava como um asilo para abrigar os eruditos que queriam se isolar do resto do mundo.

O fato é que este cenário mudou, pois nos dias atuais com o crescimento da população, percebe-se a busca do ensino de qualidade uma exigência e necessidade do homem contemporâneo.

Inicialmente, a partir do século XVI, a coroa negou aos jesuítas a implantação de universidade, restringindo os estudos aos cursos de letras e artes, com características intermediárias entre os cursos de humanidades e os superiores.

No transcurso do tempo até a Declaração da independência, não se verificou no Brasil a instituição da Universidade. De acordo com (Sampaio, 1991) pode observar é que durante a permanência da Família Real Portuguesa no Brasil, algumas iniciativas de criações intelectuais, entre elas a criação do Jornal Gazeta do Rio de Janeiro e a Imprensa Régia, tais providências contribuí para o início da implementação de várias escolas superiores no Brasil, como destaque a Escola de Medicina da Bahia (Salvador) e a do Rio de Janeiro- atual Faculdade Nacional de Medicina, Academias Militares, Escolas de Direito e Biblioteca Real.

Na Primeira República (1889-1929), na organização escolar percebe-se a influência da filosofia Positivista. Com a segunda República (1930-1936), a revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. Dentro dessa nova ótica chamada de Era Vargas instaurou uma nova ordem política, conseqüentemente, também educacional. A “nova” realidade brasileira passou a exigir uma mão de obra especializada, no entanto era preciso investir na educação.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Durante o Estado Novo, através da Constituição de 1937, enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional, devido às novas atividades exigidas pelo mercado.

Os estudantes ganharam forças e na busca de defender seus direitos foi criado , em 1938, a União Nacional dos Estudantes e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Com a Nova República (1946-1963) movimento a favor da escola pública universal e gratuita- criação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 4024/61.

Através do Decreto nº 8393 de 17/12/1945, foi concedido a Universidade do Brasil com autonomia financeira, didática e disciplinar. O Decreto nº 19851/04, instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre o ensino superior no Brasil com a criação da Universidade de São Paulo (1934).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 4024/61 promoveu-se a normatização do ensino superior sob o comando do Ministério da Educação. Conseguiu flexibilizar a estrutura do ensino, possibilitando o acesso do ensino superior, independente do tipo do curso que o aluno tivesse feito anteriormente.

A Constituição de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional configura a reorganização das Universidades e do ensino superior, agora com status Constitucional, da autonomia universitária.

A Educação Superior pode ser caracterizada segundo Souza (2004) como uma Instituição Social estável e duradoura, concebida a partir de normas e valores da sociedade, tendo como principal objetivo formar a elite intelectual e científica da sociedade a que seve.

A Lei 5.540/68 “Lei de Reforma Universitária” fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. GHIRALDELLI JR. Expõe que “é preciso lembrar que a reforma universitária promovida pela Lei 5.540/68 nunca foi aceita pelos setores progressistas e não chegou a empolgar nem mesmo parcelas da comunidade acadêmica simpática às inovações conservadoras do governo”.

Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. O Enem é utilizado como critério de seleção para o ingresso no curso. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. Cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior.

#### 2.4.1 *O ensino superior em Ciências Contábeis*

De acordo com o Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, fica instituído o curso superior em Ciências Contábeis, com duração de quatro anos, concedendo o título de bacharel em ciências contábeis e atuariais.

Posteriormente, o governo de São Paulo instituiu por meio do Decreto-lei nº 15.601/1946, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) que mais tarde passou a se chamar Faculdade de Economia Administração e Contabilidade (FEA).

Mudanças ocorreram nos cursos de Ciências Contábeis em função da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e

criou o Conselho Federal de Educação. Através do Parecer CFE nº 397/1962, o ensino superior em Contabilidade foi dividido em ciclos de formação básica e de formação profissional. O ensino de formação básica englobava as disciplinas de matemática, estatística, direito e economia, e o ciclo de formação profissional, as disciplinas de contabilidade geral, contabilidade comercial, contabilidade de custos, auditoria, análise de balanços, técnica comercial, administração e direito tributário.

Na década de 90 mudanças significativas ocorreram com a Resolução CFE nº 3/1992 com a fixação dos conteúdos mínimos e a duração dos cursos de graduação. Para o curso de Ciências Contábeis, a duração estabelecida era de 2.700 horas-aulas, integralizadas no máximo em sete, e no mínimo em quatro anos, para o período diurno, e cinco para o noturno. Foi estabelecida na mesma Resolução a elaboração dos currículos definindo o perfil do profissional a ser formado.

Peleias (2006) apresenta um resumo que elucida a evolução cronológica da legislação relativa ao ensino superior de Contabilidade no Brasil, conforme poderá ser observado no Quadro 1:

Quadro 1- A evolução cronológica da legislação ao ensino superior de Contabilidade no Brasil

Ano	Diploma legal	Ocorrência
1945	Lei n. 7.988	Institui o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais.
1946	Decreto Estadual n. 15.601	Autoriza o curso de Ciências Contábeis e Atuariais a funcionar na FCEA.
1951	Lei n. 1.401	Desmembra os cursos de Ciências Contábeis e Atuariais, criando de forma independente o curso de Ciências Contábeis, com duração de quatro anos, para formar os bacharéis em Contabilidade.
1961	Lei n. 4.024	Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e cria o Conselho Federal de Educação.
1962	Parecer n. 397	Divide os cursos Ciências Contábeis nos ciclos de formação básica e formação profissional.
1963	Resolução CFE sn., de 8/2/1963	Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de Ciências Contábeis, e ratifica o Parecer CFE n. 397/1962.
1992	Resolução n. 3	Institui o currículo pleno, fixa a duração mínima de quatro anos para os cursos diurnos e cinco para os cursos noturnos.
1996	Lei n. 9.394	Lei de Diretrizes e Bases, introduz novas mudanças para



		o ensino superior brasileiro.
1997	Edital n.04	Da Secretaria de Educação Superior, tem por finalidade discutir as novas diretrizes curriculares dos cursos superiores, adaptando-os a Lei.
2002	Parecer CES/CNE n. 0146	Define diretrizes nacionais para os cursos de Ciências Contábeis.
2003	Parecer CNE/CES n. 67	Referencial para as diretrizes curriculares nacionais (DCN) dos cursos de graduação.
2003	Parecer CNE/CES n. 108	Promove audiências com a sociedade, ensejando discussão e avaliação da duração e integralização dos cursos de bacharelado.
2003	Parecer CNE/CES n. 289	Aprova as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis-bacharelado, a serem observadas pelas instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.
2004	Parecer CNE/CES n. 6	Oficializa o Parecer CNE/CES n. 289/2003.
2004	Parecer CNE/CES n. 269	Remove do texto da Resolução n 269/2004, a pedido do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), o trecho que menciona a necessidade de inserção da profissão contábil nos domínios da atividade atuarial.
2004	Parecer CNE/CES n. 10	Cancela o pedido do IBA, cancela e substitui a Resolução CNE/CES n. 6/2004.

Fonte: Adaptado Peleias (2004).

Não houve apenas mudanças na legislação, verificasse a preocupação na formação profissional em função do aumento da complexidade das operações desenvolvidas pelas empresas e as mudanças ocorridas na legislação. Nas palavras de (Silva *apud* PELEIAS, 2006):

As empresas, para poder acompanhar a performance econômica e a complexidade legislativa que então se impunha, passaram a buscar profissionais, qualificados para atender as suas necessidades, e assim, o mercado de trabalho não era mais somente fruto da obrigatoriedade em se manter um contador, legalmente habilitado, perfeitamente preenchido pelos técnicos em contabilidade.

As entidades de classe da profissão contábil são o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, são órgãos fiscalizadores do exercício da profissão contábil, porém oferecem um acompanhamento no que se refere ao processo de ensino, estão empenhados em ofertar opções de formação e de

educação continuada a classe contábil na qualificação dos profissionais de contabilidade.

#### *2.4.2 O curso de Ciências Contábeis na UFCG*

Em 2004, a Universidade Federal da Paraíba-UFPB é desmembrada, tendo seus *campi* divididos, para dar origem a Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, através da Lei nº 10.419, de 09 de abril de 2002.

A UFCG é uma instituição autárquica pública federal de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Campina Grande e âmbito de atuação no Estado da Paraíba.

Atualmente, a UFCG é composta por sete *campis* e oferece 75 cursos de graduação presencial, distribuídos da seguinte maneira: 39 no *campus* de Campina Grande, 11 no de Cajazeiras, 4 no de Sousa, 4 no de Patos, 3 no de Pombal, 7 em Sumé e 7 em Cuité.

A Criação do curso de Ciências Contábeis foi mediante a Resolução Nº 07/2004-A (Alterada pela Resolução Nº 16/2009), que regulamenta a Estrutura Curricular do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – Campus de Sousa, e dá outras providências. De acordo com a Resolução Nº 16/2009, a estrutura curricular:

**Art. 2º** *O Curso de Graduação em Ciências Contábeis, tem por finalidade conferir o grau de bacharel aos alunos que cumprirem as determinações, constantes na presente Resolução, ensejadas no Projeto Pedagógico.*

**Parágrafo único.** *O Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, será oferecido no turno noturno.*

**Art. 3º** *O currículo do Curso de Graduação em Ciências Contábeis será ministrado pelo sistema de créditos e integralizado de acordo com as seguintes condições:*

**I** – *duração de 09 (nove) períodos letivos, no mínimo e integralização em, no máximo, 14 (quatorze) períodos letivos,*

**II** – *o aluno deverá matricular-se em, no mínimo, 16 (dezesseis) e, no máximo, 20 (vinte) créditos, por período letivo.*

**III** – *cumprimento de 3.000 (três mil) horas de atividades didáticas, totalizando 200 (duzentos) créditos, de acordo com a Resolução CNE/CES 2, de 18 de junho de 2007.*

Em relação ao objetivo do curso descrito no projeto pedagógico de ciências contábeis da UFCG, busca formar profissionais capazes de fornecer informações para os usuários, acerca das condições patrimoniais de entidades públicas e privadas.

A UFCG/CCJS, Instituição Federal de Ensino Superior, no desempenho de sua função sócio-educacional de ensino, pesquisa e extensão, objetiva formar profissionais na área de Ciências Contábeis, em condições de intervir de maneira crítica e sustentável em ações que possibilitem modificar e/ou informar à sociedade, Estado e empresas acerca das condições patrimoniais de entidades públicas e privadas, além de:

I- Dotar o formando de competências e habilidades inter e multidisciplinares para que possa atuar com ética, em áreas privadas e públicas em matéria técnico-contábil, articulada com outros ramos do saber, tais como economia, administração, direito e informática.

II- Construir uma identidade cultural no curso de Ciências Contábeis da UFCG/CCJS por meio de princípios éticos, racionais e solidários, observando as diretrizes legais, tais como, Constituição Federal, Título VIII, Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto; LDB (Nº 9.394/96), Capítulo IV, da Educação Superior; Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - Parecer CES/CNE Nº 0289/2003 e a Resolução Nº 39/99 da UFPB - ora UFCG, em vigor; Resolução N. 6 de 10 de março de 2004 do Conselho Nacional de Educação e a Lei 10.861 de 14 de abril de 2004.

A formação dos profissionais na área de Ciências Contábeis deve ser dotada de competências e habilidades técnicas, de maneira inter e multidisciplinar, com capacidade de análise crítica, bem como de aprendizado contínuo, para o exercício profissional atuando com ética nas informações repassadas para a sociedade em geral.

## **2.5 O Projeto Pedagógico**

O projeto pedagógico de um curso superior é um documento de exigência legal que busca atender as diretrizes curriculares na qual as instituições elaboram um plano de ação com o compromisso de ensino de qualidade para efetiva conclusão do curso.

Segundo Resende (2008):

O projeto pedagógico é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. O projeto pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciada.

Nas palavras de (Baffi, 2004 *apud* PELEIAS, 2006) é retratado o propósito do projeto pedagógico.

O projeto pedagógico não é somente uma carta de intenções, nem apenas uma exigência legal de ordem administrativa, pois deve expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de educação, bem como as necessidades, locais e específicas, da clientela da escola; ele é a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para o ensino de qualidade.

É um conjunto de ações educativas com o propósito de atender não apenas as exigências legais, mas um trabalho realizado por todos os profissionais que atuam na escola para garantir um ensino de qualidade.

Os elementos básicos do curso de Ciências Contábeis são apresentados pela Resolução CNE/CSE nº 10/2004.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior deverão estabelecer a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico, com descrição dos seguintes aspectos:

- I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- II – componentes curriculares integrantes;
- III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- IV - estágio curricular supervisionado;
- V - atividades complementares;
- VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;
- VII - regime acadêmico de oferta;
- VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto.

O projeto pedagógico poderá admitir Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Contabilidade, porém deve conter o currículo, as disciplinas e a especificação dos conteúdos a serem ministrados ao longo do curso. Para os cursos de graduação em Ciências Contábeis os conteúdos curriculares são demonstrados no Parecer CNE/CES nº 289/2003 e a Resolução CNE/CES nº 10/2004.

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

- I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do

conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

A proposta do projeto pedagógico de ciências contábeis da UFCG/CCJS: “seguirá parâmetros metodológicos de teorias que dialogam em bases inter e multidisciplinares, observando as dificuldades do aluno e estudando regionalização da sustentabilidade do desenvolvimento e a descentralização político-institucional, além da compreensão dos fenômenos da reestruturação econômica global, focalizando os benefícios socioambientais”.

O curso de Ciências Contábeis da UFCG foi voltado para a realidade local, no entanto o aluno desenvolverá não só a teoria, mas a prática como meio de evidenciar a realidade, por meio do estágio supervisionado.

De acordo com o Projeto Pedagógico de Ciências Contábeis da UFCG/CCJS- PPC (2004), o estágio tem como principal objetivo:

O objetivo do estágio, dentre outros, é saber até que ponto o conteúdo teórico está de acordo com a realidade prática, uma vez que os alunos não operacionalizaram os modelos teóricos, como geradores de soluções práticas para o dia a dia da atividade profissional. Nesse particular, é função do professor mostrar para o aluno a aplicabilidade de cada fundamento teórico. Com essa postura, cria-se credibilidade no pensar acadêmico. Espera-se que o professor, em sua práxis pedagógica, esteja inserido num ambiente que propicie a interdependência entre teoria e prática. O papel da instituição é fundamental nesse empreendimento.

Pelo o exposto, tornar-se evidente que o professor de contabilidade deve ficar atento as constantes alterações no mundo do trabalho o que requer a busca de novos conhecimentos, aprimoramentos constantes, estratégias de ensino e criatividade para desempenhar seu papel de forma satisfatória.

Segundo Nossa, (1999 *apud* PELEIAS, 2006), é preciso que o professor de contabilidade tenha uma percepção clara da sociedade, que se encontra em rápida evolução. Deve compreender a realidade em que vive, integrando diariamente os diversos fenômenos sociais, políticos, econômicos e jurídicos. Em outras palavras,

deve ter conhecimentos técnicos da Contabilidade e de áreas afins, de metodologia de ensino, de cultura geral e aptidões sociais.

A UFCG no seu Projeto Pedagógico de Ciências Contábeis- PPC (2004) espera-se obter o seguinte perfil profissigráfico para os egressos: Conforme poderá ser observado no Quadro 2:

Quadro 2- Perfil Profissigráfico para os egressos

<p><b>Perfil Geral</b> - profissionais dotados de competências e habilidades, que viabilizem aos agentes econômicos o pleno cumprimento de sua responsabilidade de prestar contas da gestão perante a sociedade, (“<i>accountability</i>”).</p>	<p><b>Perfis Específicos</b> - profissionais que exercem, com ética e proficiência, as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica.</p>
---	--

Fonte: UFCG/CCJS- (PPC, 2004).

O perfil do egresso do curso de Graduação em Ciências Contábeis é definido como sendo um profissional crítico, e, acima de tudo, ético, dotado de conhecimentos inter e multidisciplinares, capacitado a compreender o cenário social, político, econômico e cultural em âmbito nacional e internacional. Dessa forma, o curso, visa viabilizar sua inserção numa sociedade globalizada, com constantes alterações no mundo do trabalho. UFCG/CCJS- PPC (2004).

Diante do exposto, o UFCG/CCJS- PPC (2004) é taxativo ao evidenciar as várias áreas de atuação que o profissional contábil poderá atuar, tais como: auditoria, perícia, controladoria e área governamental, contribuindo de forma efetiva com a sociedade de um modo geral e, em particular, com as organizações para as quais presta serviços.

A formação do aluno deverá está voltado para a realidade do mercado, possibilidades profissionais futuras, possíveis áreas de atuação. A instituição deve possuir um projeto político pedagógico, no qual define o perfil profissigráfico para os egressos, de acordo com a realidade do ambiente em que está inserido.

### 2.5.1 O Currículo do Curso Ciências Contábeis no componente curricular na Disciplina de Auditoria

O currículo é um objeto que se constrói no processo de configuração, implantação, concretização e expressão em determinadas práticas pedagógicas e na sua avaliação, como resultado das diversas intervenções que operam no mesmo. O seu valor real para os alunos que aprendem os seus conteúdos depende desses processos de transformação a que é submetido. (GIMENOS apud CANAVARRO, 2005).

O currículo de um curso é um conjunto de disciplinas, organizadas em uma sequência lógica de conteúdos, que busca atender às necessidades e às expectativas da sociedade em relação ao indivíduo a ser formado por ela. (TCHEOU, 2002 *apud* PELEIAS, 2006).

Presume-se que os currículos têm como principal objetivo orientar de forma lógica o processo de ensino e aprendizagem, considerando as necessidades básicas para a formação do graduado.

Conforme o art. 4º da Resolução CNE/CSE nº 10/2004 foram estabelecidos alguns pontos norteadores da organização dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, dando preferência às competências e as habilidades dos profissionais bacharéis em Ciências Contábeis.

As competências e habilidades estabelecidas são:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Para o curso de Ciências Contábeis, o currículo obedece à estrutura de acordo com a Resolução Nº 16/2009, apresentada no quadro 3 a seguir com a lista de componentes curriculares apresentados.

Quadro 3- Estrutura dos Conteúdos Curriculares do curso de Ciências Contábeis

<b>NÚCLEO DE CONTEÚDOS CURRICULARES</b>	<b>Créditos</b>	<b>Carga horária - CH</b>	<b>% CH</b>
<b>Básicos</b> (Obrigatórios)	<b>62</b>	<b>930</b>	<b>31,0</b>
<b>Profissionalizantes</b> (Obrigatórios)	<b>62</b>	<b>930</b>	<b>31,0</b>
<b>Teórico-prático</b>	<b>20</b>	<b>300</b>	<b>10,0</b>
<b>Optativos</b>	<b>36</b>	<b>540</b>	<b>18,0</b>
<b>Atividades Complementares Flexíveis</b>	<b>20</b>	<b>300</b>	<b>10,0</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>200</b>	<b>3.000</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Resolução Nº 16/2009 UFCG/CSE

De acordo com as diretrizes curriculares do curso de Ciências Contábeis estabelecidos no PPC-2004 a duração do curso fixa a duração mínima de 900 (novecentos) dias letivos, cuja carga horária correspondente, é de no mínimo de 2700 (duas mil e setecentas) horas-aulas. O período máximo para conclusão do curso, entretanto, não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do período mínimo definido pela instituição.

No conteúdo obrigatório de formação básica, profissional e teórico-prática, corresponde a carga horária de 80% (oitenta por cento) do total e 20% (vinte por cento) a conteúdos que serão livremente escolhidos.

Para Sacristán (2000), o currículo pode ser entendido como o compêndio de conteúdos, e planejá-lo é realizar um esboço ordenado do que se deveria transmitir ou aprender, em uma sequência adequada. É importante e necessário elaborar um currículo de qualidade, observando-se diversos fatores, dentre os quais a seleção dos melhores conteúdos, para permitir que os futuros profissionais sejam adequadamente preparados para exercerem suas profissões.



Os conteúdos das disciplinas ofertadas devem dar subsídios para que os egressos do curso de Ciências Contábeis se tornem capazes de ingressar no mercado de trabalho de modo que possam desenvolver carreiras de maneira eficaz.

O campo de atuação para o curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, mediante o PPC- 2004, formará o bacharel para o exercício profissional desempenhando as funções: Auditor, *Controller*, Professor, Analista, Contador, Perito Contador, Consultor, Assessor Contábil, dentre outros. Atuará junto às entidades econômico-administrativas de natureza pública, privada, ou entidades de finalidades não lucrativas tais como organizações não governamentais - ONG's e cooperativas.

Peleias (2006), o planejamento envolve um modo de pensar, resultando decisões presentes que, tomadas a partir do exame em conjunto de variáveis, procuram estabelecer um estado futuro de coisas, além de delinear meios efetivos para tornar tal estado uma realidade, proporcionando ao processo uma dimensão temporal de alto significado.

Portanto, o planejamento curricular constitui, segundo (Turra et alii, *apud* Klosouski, 2007):

Uma tarefa contínua a nível de escola, em função das crescentes exigências de nosso tempo e dos processos que tentam acelerar a aprendizagem. Será sempre um desafio a todos aqueles envolvidos no processo educacional, para busca dos meios mais adequados à obtenção de maiores resultados.

De acordo com Sacristán (2000), “[...] planejar o currículo para seu desenvolvimento em práticas pedagógicas concretas não só exige ordenar seus componentes para serem aprendidos pelos alunos, mas também prever as próprias condições do ensino no contexto escolar ou fora dele. A função mais imediata que os professores devem realizar é a de planejar ou prever a prática do ensino”.

Diante do exposto, o planejamento curricular é uma orientação que os professores terão para praticar sua atividade didática, colocando em prática as experiências de aprendizagem que constituirão o currículo.

O planejamento curricular se deve a participação dos coordenadores do curso, do corpo docentes, das chefias de departamento, diretores e coordenadores pedagógicos. As concepções dos participantes sobre assuntos pertinentes às

necessidades do dia a dia fornecerão subsídios requeridos ao planejamento (PELEIAS, 2006).

O mesmo autor completa dizendo que é possível também que os estudantes participem no planejamento dos currículos, seja pela indicação de um representante do corpo discente, ou pela consideração de suas opiniões e manifestações, obtidas por meio de avaliação formais de professores e da instituição, pelas opiniões e percepções colhidas pelos professores em sala de aula, ou pelo contato dos alunos com os demais envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

No conteúdo obrigatório de formação básica, profissional, que corresponde à carga horária de 80% (oitenta por cento) do total, recomenda-se a inclusão das seguintes áreas de conhecimentos relativas à auditoria:

- Controles Internos
- Princípios, Normas e Procedimentos de Auditoria
- Planejamento de Auditoria
- Papéis de Trabalho

A ementa estabelecida no PPC-2004 da UFCG no componente curricular disciplina de Auditoria e Estágio Supervisionado em Auditoria Contábil é estruturada da seguinte forma:

Quadro 4- Ementas dos componentes curriculares das disciplinas de Auditoria e Estágio Supervisionado em Auditoria Contábil

<b>AUDITORIA</b>	<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM AUDITORIA CONTÁBIL</b>
Fundamentos: origem, evolução, conceitos, objetivos e campo de atuação. Normas de auditoria. Auditoria externa e interna. O perfil profissional do auditor. Planejamento de auditoria. Controle interno. Procedimentos de auditoria. Testes de observância e substantivos. Papéis de trabalho. Processo de formação de opinião. Programas de auditoria. Relatórios e parecer do auditor.	Verificação dos controles existentes. Conferência do balancete, balanço e livros fiscais de entradas e saídas de mercadorias ou produtos. Conferência da folha de pagamento, conciliação bancária, apuração de custos e de lançamentos no geral. Roteiro de fiscalização Fases metodológicas para o planejamento, processo amostral. Auditoria das demonstrações contábeis e relatório de auditoria. Efeitos da auditoria nas organizações.

Fonte: UFCG/CCJS- PPC (2004)

Conforme entrevista com o coordenador d curso, existirão mudanças na ementa do curso em relação à disciplina em Auditoria Contábil com o novo PPC que está sendo discutido, com o objetivo de incorporar às Normas Internacionais de Auditoria, assim como dividir a disciplina de Auditoria em: Auditoria Contábil, Operacional e de Gestão.

### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, procurou-se atingir os objetivos específicos, assim como o objetivo geral da presente pesquisa, através da apresentação e análise dos resultados obtidos mediante a aplicação dos questionários, efetuados com os docentes que lecionam as disciplinas de auditoria e com a coordenação do curso de ciências contábeis da UFCG/CCJS.

Foram analisados os dados em duas etapas. Na primeira etapa foi analisado o questionário referente aos docentes e na segunda parte foi realizada a análise do questionário aplicado junto ao coordenador.

#### 3.1 Etapa 1: Questionário aplicado aos docentes

Na elaboração do questionário, optou-se em obter informações sobre a formação dos professores que ministram a matéria de interesse desta pesquisa.

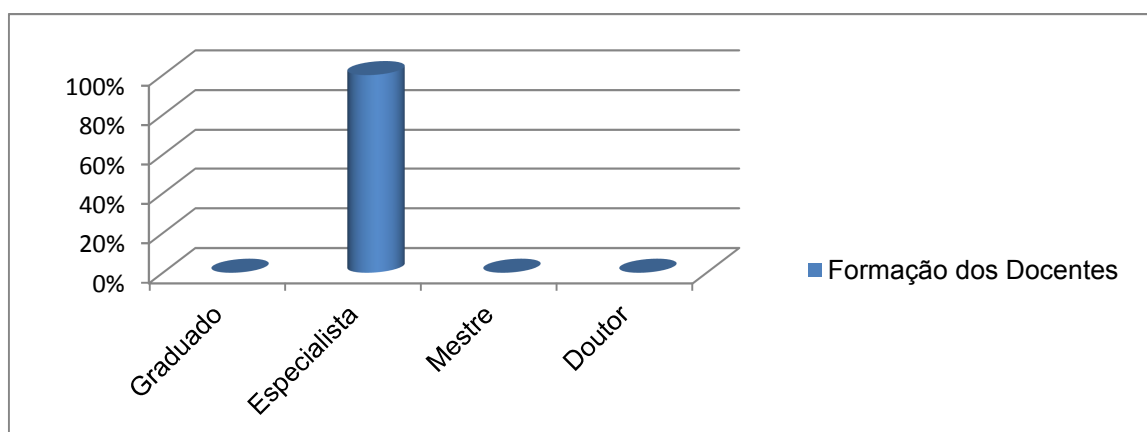


GRÁFICO 1- Formação do professor  
Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Os professores que responderam à pesquisa pode-se fazer o seguinte resumo: Ambos têm como formação ao de especialista. Uma das perguntas efetuadas nesse questionário, buscava saber se os docentes que lecionam as disciplinas de auditoria tem algum curso relacionado à disciplina, os respondentes afirmaram que não tem curso algum relacionado à matéria.

Como meio de evidenciar o trabalho do professor na forma de como lecionam para melhor aproveitamento da matéria, foram perguntadas as atividades elaboradas e aplicadas na matéria de interesse desta pesquisa.

Nas respostas obtidas foram citadas: Estudo de caso, exercícios práticos, atividades de pesquisa. É notório, que há uma disposição muito grande na didática para oferecer um bom aproveitamento da matéria.

Um dos requisitos para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes é aprovação no Exame de Qualificação Técnica exigência do órgão responsável o IBRACON e ser devidamente registrado no CRC na qualidade de contador.

A partir dos resultados obtidos com os professores elaborou-se o seguinte gráfico:

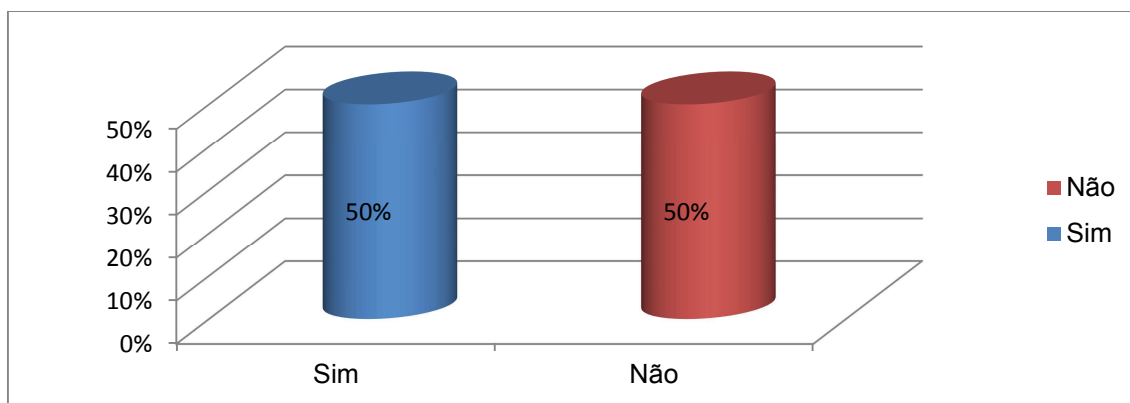


GRÁFICO 2- Visão dos professores com relação à didática referente a preparação dos exames do CFC.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

A metade da didática oferecida pelos docentes é preparada com a finalidade de oferecer temas que são utilizadas para aprovação dos exames para atuar como profissional na área de auditor independente.

Foi questionado se o curso preparava o aluno para um campo vocacional, os resultados foram os seguintes:

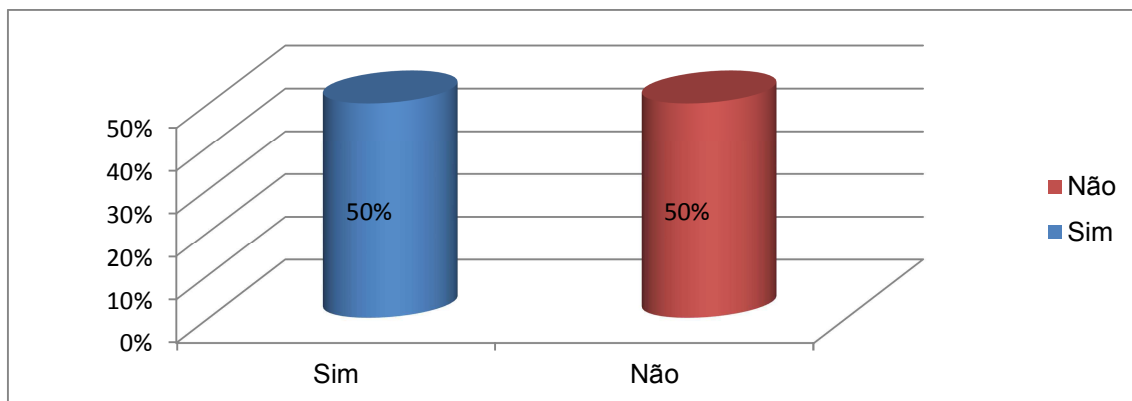


GRÁFICO 3- Preparação dos alunos para um campo vocacional específico.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

No gráfico 3, percebe-se que 50% (cinquenta por cento), do curso prepara o aluno para uma carreira, onde foram citadas as carreiras de Auditor Contábil, seja interno ou independente. Por se tratar da outra metade, que responderam que o curso não prepara para um campo vocacional, percebe-se que um curso profissionalizante seria viável para um melhor direcionamento em seus estudos e adquirir, assim, conhecimentos para exercer a profissão.

Em se tratando dos exames exigidos para a formação do discente para a carreira profissional, tanto o exame de suficiência e o exame de qualificação técnica, pré-requisitos para a formação da profissão em Auditor contábil, foi perguntado se a instituição oferece algum curso preparatório para tais exames e em caso afirmativo, gostaria de saber se o mesmo já ministrou algum módulo? Os resultados obtidos para essa pergunta foram os seguintes:

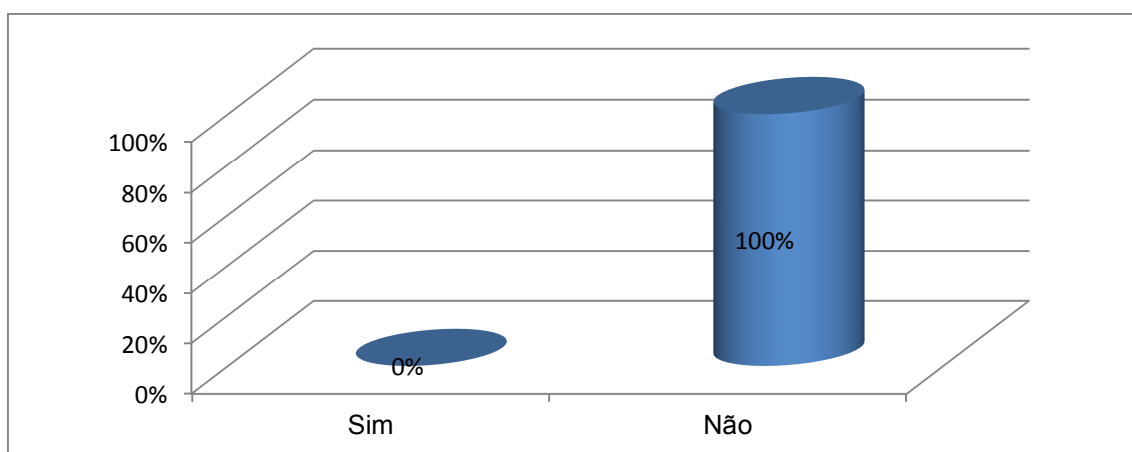


GRÁFICO 4- A instituição oferece algum curso preparatório para exames das classes?

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Conforme como pode ser visto no gráfico 4, a Instituição não ofereceu nenhum curso preparatório, no entanto, profissionais ministraram um curso voluntário no ano de 2012, como forma de direcionar os discentes para o exame de suficiência.

Os respondentes afirmaram que acrescentam informações além do que é estabelecido na ementa do PPC do curso. Como resposta destes profissionais é possível identificar os esforços em repassar informações atualizadas a respeito da disciplina em Auditoria para que os discentes tenham condições de adquirir os conhecimentos necessários para atuar no mercado de trabalho.

Como continuidade da questão anterior, os respondentes afirmaram que acrescentam mais informações para enriquecer e atualizar a disciplina.

Outra questão abordada no questionário buscava entender se os docentes direcionavam os discentes em seus estudos através da didática em conformidade com as Resoluções estabelecidas pelos órgãos de classe e os órgãos reguladores, como meio de evidenciar informações satisfatórias para adquirir, assim, conhecimentos para exercer a profissão.

Os resultados obtidos estão no gráfico 5:

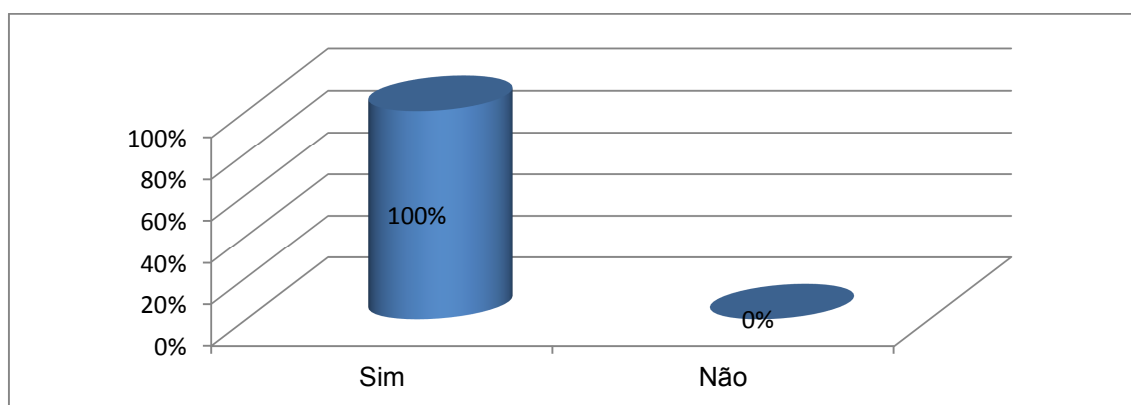


GRÁFICO 5- Busca de atualização na área de Auditoria Contábil, tratando-se das novas Resoluções sobre a matéria.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

O gráfico 5 evidencia que todos os respondentes buscam a atualização conforme as Resoluções emitidas para a carreira de Auditor contábil.

Buscou-se evidenciar se ao término do curso os discentes são capazes de exercer a carreira de auditor diante das informações adquiridas durante o curso.

O resultado obtido foi que o curso não prepara para a carreira de Auditor Contábil, o curso serve de subsídios para o profissional que queira ingressar na área, contudo, devem buscar aprimoramento em cursos especializados.

### 3.2 Etapa 2: Questionário aplicado ao coordenador

A questão teve por objetivo identificar qual o público alvo do curso de ciências contábeis da UFCG/CCJS.

Com base na resposta o curso tem como objetivo atingir pessoas com a finalidade de atuar na área contábil, porém para atuar no mercado devem buscar uma formação adequada que atendam as expectativas da sociedade e as exigências do meio profissional.

No questionário buscava saber as necessidades institucionais, comunitárias ou da sociedade o curso pretende atender.

A resposta dada foi que o curso prepara os discentes para atuarem na área contábil, com o objetivo de fornecer informações que propiciem aos usuários tomarem decisões, em um contexto amplo, social, econômico e político.

Por se tratar de um curso que pretende formar profissionais com características que tornem possível sua atuação consistente nas diversas áreas da Contabilidade e para os diversos públicos interessados nas informações contábeis, objetivou-se buscar o perfil deste profissional, diante dos objetivos do curso.

Em síntese, devem apresentar as seguintes competências e habilidades:

Desenvolver a formação teórico prática; Aprimorar a capacidade reflexiva para a resolução de situações-problema relacionada à prática contábil; Preparar os discentes para a elaboração dos instrumentos de evidenciação contábil; Desenvolver o espírito criativo e inovador na busca de novos conhecimentos e atitudes transformadoras da realidade organizacional e social; Atuar na sociedade como profissional e cidadão consciente de suas responsabilidades sociais e éticas na promoção do bem comum; Formar profissionais com visão global do ambiente econômico e financeiro, nacional e internacional, e suas influências na estrutura das organizações.



Diante da pergunta anterior, sentiu-se a necessidade de identificar como os objetivos do curso se relacionam com a competência que os alunos terão em suas carreiras posteriores.

Foi citado que os profissionais na área de Ciências Contábeis, têm as competências e habilidades exigidas, por parte do mercado. As disciplinas ofertadas são abordadas, sob uma perspectiva atual e multidisciplinar, promovendo interdisciplinaridade entre as disciplinas e uma relação entre teoria e prática.

Foi questionado se o curso preparava o aluno para um campo vocacional no questionário aplicado junto aos docentes, no entanto, como meio de confrontar as respostas foi elaborado esta questão para ambos.

O respondente afirmou que o curso não prepara especificamente, justificando que o curso prepara os discentes para conhecer as diversas áreas possíveis de atuação na profissão e que, só através de uma especialização para direcionar um exercício profissional.

Com o objetivo de atender a pesquisa as próximas perguntas foram aplicadas na matéria de interesse desta pesquisa.

Foi indagado se nesta instituição quais as disciplinas da Área Auditoria são ministradas, foram mencionadas as disciplina de Auditoria e a disciplina de Estágio Supervisionado em Auditoria Contábil. No entanto, informou que o PPC, que está sendo elaborado, divide a disciplina de Auditoria em Auditoria Contábil e Auditoria Operacional e de Gestão.

Outro aspecto indagado foi se na elaboração do projeto de currículo em relação as matéria em Auditoria se levam em consideração as exigências do mercado de trabalho.

Conforme o coordenador, diante do novo cenário de mercado, acerca da padronização das demonstrações contábeis aos padrões internacionais de contabilidade, foi mencionado que esta implementação está no novo PPC, que irá incorporar às Normas Internacionais de Auditoria, viabilizando a inserção das constantes alterações no mundo do trabalho.

A formação profissional dos docentes foram levados em consideração na questão oferecida ao coordenador, que informou que o corpo docente não apresenta nenhuma especialização na disciplina de Auditoria.

Considerando que o curso de Ciências Contábeis tem cerca de 300 (três mil) horas-aulas, com duração mínima de 900 (novecentos) dias letivos, isso preconizado na Resolução 16/2009, UFCG/CES, foi realizada uma última pergunta no questionário, com relação à carga horária das disciplinas de Auditoria, se é suficiente para a preparação do aluno nesta área.

O respondente mencionou a carga horária da disciplina especificamente são 60 horas, totalizando 120 horas, destacando que o curso tem uma carga horária suficiente para a disciplina, acrescentando sobre algumas exigências na atuação na carreira de Auditor Contábil, como a de dominar a elaboração das demonstrações contábeis e todos os fatos contábeis.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carreira de Auditor independente é uma prerrogativa exclusiva do profissional formado em curso de graduação em Ciências Contábeis.

É notório que, o curso de ciências contábeis é destinado na formação de contador e as disciplinas ofertadas são voltadas a atender a formação específica. Por outro lado, é possível aprimorar as disciplinas de auditoria, caso este que está sendo discutido no novo PPC que irá incorporar às Normas Internacionais de Auditoria, assim como divide a disciplina de Auditoria em: Auditoria Contábil, Operacional e de Gestão.

Um aspecto relevante demonstrada na análise foi à formação dos docentes encarregados de disseminar os conhecimentos inerentes à atividade, pois não apresentam nenhuma especialização na disciplina de Auditoria.

Como forma de evidenciar os conteúdos programáticos da disciplina de Auditoria, foi anexado o PPC do curso de Ciências Contábeis da UFCG/CCJS demonstrando mudanças na ementa como forma de atender as exigências do IBRACON, no entanto, os egressos são direcionados e preparados para o Exame de Suficiência e o Exame de Qualificação Técnica, pré-requisito para atuar na área de Auditoria Contábil.

Quanto à formação acadêmica ela proporciona uma base consistente de conhecimento, tanto em contabilidade como em Auditoria. Este pode ser observado diante da ementa estabelecida no PPC do curso de Ciências Contábeis da UFCG/CCJS já que as disciplinas oferecidas são conhecimentos que todo profissional de Auditor Contábil deve ter como suporte em sua área de trabalho.

Diante da análise estabelecida através da aplicação dos questionários, alcançou-se o objetivo geral da presente pesquisa, demonstrando que a finalidade do curso não é preparar os discentes para carreira específica e sim, inseri-los ao campo de trabalho com ética e responsabilidade.

Deve-se ressaltar que, as regras de independência dos auditores, tanto as estabelecidas pelos órgãos representativos da classe contábil, como as estabelecidas pelos entes governamentais, foram aperfeiçoadas nos últimos anos e, se por um lado imputaram maiores custos e responsabilidades para os auditores, por outro representaram um grande esforço de promoção e visibilidade dessa atividade

profissional, tão importante em economias que priorizam o desenvolvimento e o bom funcionamento do mercado de capitais.

## 5 REFERÊNCIAS

ABRES. **Associação Brasileira de Estágios**. Disponível em:

<http://www.abres.org.br/v01/stats/>. Acesso em: 16 fev. 2014.

**AMORIM**, Evelyse Nicole Chaves. **AUDITORIA INDEPENDENTE: Determinantes da carência de profissionais no mercado brasileiro**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Contabilidade). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Brasil Econômico. Disponível em:

[http://www.brasileconomico.iq.com.br/noticias/estudo-mostra-escassez-de-auditores-externos\\_114608.html](http://www.brasileconomico.iq.com.br/noticias/estudo-mostra-escassez-de-auditores-externos_114608.html)> Acesso em: 29 jan. 2014.

Canavarro, A. P., & Ponte, J. P. (2005). O papel do professor no currículo de Matemática. In GTI (Ed.), O professor e o desenvolvimento curricular (pp. 63-90).

Lisboa: APM. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4085/1/05-Canavarro-onte%28GTI%29.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **Cadastro Nacional de Auditores**

CRC/DF. Disponível em:

[http://www.crcdf.org.br/crcdf/index.php?option=com\\_content&view=article&id=178:auditoria-ganha-forca&catid=17:ultimas-noticias&Itemid=33](http://www.crcdf.org.br/crcdf/index.php?option=com_content&view=article&id=178:auditoria-ganha-forca&catid=17:ultimas-noticias&Itemid=33). Acesso em: 20 set. 2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: Teoria e prática**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GHIRALDELLI JR, Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversando sobre iniciação a pesquisa científica**. 3 ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

HAIR JR., Joseph. **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=121&codConteudo=209> Acesso em: 20 set. 2013.

ILMA, Passos Alencastro Veiga, LUCIA, Maria G. Resende. **Escola: Espaço do projeto político pedagógico**. 13ª. ed. Campinas SP: Papyrus, 2008.

**Independentes. Apresentação**. 2012. Disponível em:

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**.

**Disponível em:** <http://portal.inep.gov.br/todas>

[noticias?p\\_p\\_auth=DZRX9tCK&p\\_p\\_id=56\\_INSTANCE\\_d9Q0&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_s](http://portal.inep.gov.br/todas/noticias?p_p_auth=DZRX9tCK&p_p_id=56_INSTANCE_d9Q0&p_p_lifecycle=0&p_p_s)

[tate=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-](http://portal.inep.gov.br/todas/noticias?p_p_auth=DZRX9tCK&p_p_id=56_INSTANCE_d9Q0&p_p_lifecycle=0&p_p_s)

[2&p\\_p\\_col\\_pos=2&p\\_p\\_col\\_count=3&\\_56\\_INSTANCE\\_d9Q0\\_groupId=10157&p\\_r\\_p\\_564233524\\_articleId=115954&p\\_r\\_p\\_564233524\\_id=116352](http://portal.inep.gov.br/todas/noticias?p_p_auth=DZRX9tCK&p_p_id=56_INSTANCE_d9Q0&p_p_lifecycle=0&p_p_s). Acesso em: 05 fev.

2014.

**Instrução CVM n.º 308**, de 14 de maio de 1999. CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes, e revoga as Instruções CVM nos. 216, de 29 de junho de 1994, e 275, de 12 de março de 1998. Disponível em:

<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?File=inst\inst308.htm> Acesso em: 20 set. 2013.

KLOSOWSKI, Simone Scorsim. **Planejamento de ensino como ferramenta básica do processo ensino-aprendizagem**. Disponível em:

[http://www.horacio.pro.br/fmp/2012-1/planejamento/7-Ed5\\_CH-Plane.pdf](http://www.horacio.pro.br/fmp/2012-1/planejamento/7-Ed5_CH-Plane.pdf). Acesso em 05 mar. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**BRASIL: LEI Nº 6385**, 07 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em:

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6385original.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6385original.htm). Acesso em: 12 dez. 2013.

MADEIRA, Clóvis Allton. **Avaliação do ensino de Auditoria nos cursos de graduação de Ciências Contábeis: Uma pesquisa exploratória**. Dissertação (Mestrado em controladoria e contabilidade estratégica). Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo. São Paulo, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

**CPC NBC TA 200**, 01 janeiro de 2010. Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução de uma Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. Disponível em: [http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC\\_TA\\_AUDITORIA.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC_TA_AUDITORIA.pdf). Acesso em: 10 nov. 2013.

PELEIAS, Ivan Ricardo; PALMA, Daniel Azevedo. **Didática do ensino de contabilidade**: aplicável a outros cursos superiores. São Paulo: Saraiva, 2006.

**Político Pedagógico**. Campinas: Papyrus, 1998. **PPC**. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis do CCJS da Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em: [www.ccjs.ufcg.edu.br/monografias\\_uacc/.../PPC\\_CContabeis.doc](http://www.ccjs.ufcg.edu.br/monografias_uacc/.../PPC_CContabeis.doc). Acesso em: 09 jan. 2014.

**RESOLUÇÃO CFC N.º 1.373**, de 8 de dezembro de 2011. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Disponível em: [www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1373.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1373.doc). Acesso em: 05 jan. 2014.

**RESOLUÇÃO CFC N.º 1.100**, 24 de agosto de 200. Aprova a NBC P 1.6, Sigilo. Disponível em: [www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1100.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1100.doc). Acesso em: 10 nov. 2013.

**RESOLUÇÃO CFC N.º 1019**, 18 de fevereiro de 2005. Dispõe sobre o cadastro nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e dá outras providências. Disponível em:

[www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/.../Res1019.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/.../Res1019.htm). Acesso em: 12 dez. 2013.

**RESOLUÇÃO CFC Nº 1055/05**, 7 De Outubro De 2005. Cria O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC), e dá outras Providências. Disponível em: [www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/.../Res1055.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/.../Res1055.htm). Acesso em: 10 nov. 2013.

**RESOLUÇÃO CFC Nº 560/83**, 28 de outubro de 1983. *Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.* Disponível em: [www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_560.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_560.doc). Acesso em: 21 fev. 2014.

**RESOLUÇÃO CNE/CSE 10**, 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf). Acesso em: 09 fev. 2014.

**RESOLUÇÃO Nº 16**, 17 de junho de 2009. Altera a Resolução 07/2004-A que Regulamenta a Estrutura Curricular do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – *Campus* de Sousa, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res\\_16162009.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_16162009.pdf). Acesso em: 16 jan. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SÁ, A. Lopes. Curso de auditoria. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro: 1808 – 1990. **Documento de Trabalho**. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SORIANO, Raúl Rojas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.



VEIGA, Ilma Passos; RESENDE, Lucia M. G. **Escola: Espaço do Projeto.**

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários.** São Paulo: Atlas, 2009.

**APÊNDICE:**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG**

**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**



**Prezados(as);**

O presente questionário faz parte do trabalho de conclusão de curso que está sendo desenvolvido pela discente Maria de Fátima Oliveira Fernandes, do Curso de Ciências Contábeis da UFCG – Campus de Sousa. O estudo tem como título: ANALISAR SE O PPC DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CAMPUS DE SOUSA NA PREPARAÇÃO DO DISCENTE PARA CARREIRA DE AUDITOR INDEPENDENTE: uma percepção das informações adicionais geradas, sobre a ótica dos docentes do centro de ciências jurídicas e sociais – campus de Sousa na matéria de Auditoria Contábil. Gostaríamos de contar com a sua colaboração, respondendo a este questionário de forma honesta e precisa, pois suas informações são fundamentais para que este trabalho obtenha êxito. Vale ressaltar que não há necessidade de identificação do respondente, o que garante o anonimato. Agradecemos sua participação nesse estudo e colaboração para o desenvolvimento da pesquisa na área contábil.

**ALUNA: Maria de Fátima Oliveira Fernandes**

**ORIENTADOR: Prof. Esp. Gianinni Martins Pereira Cirne.**

Questionário realizado com os docentes que lecionam as disciplinas de Auditoria.

1. Qual o seu grau de formação?  
( ) Graduado      ( ) Especialista      ( ) Mestre      ( ) Doutor
2. Você tem algum curso relacionado à Auditoria?  
Sim. ( ) Qual? \_\_\_\_\_  
Não. ( )
3. Quais as espécies de atividades são ministradas nas disciplinas de auditoria?
4. Você utiliza como recursos didáticos, questões relacionadas aos exames exigidos pelo CFC e IBRACON?  
( ) Sim ( ) Não
5. O curso se destina a preparar os alunos para um campo vocacional específico? Se sim, qual?  
( ) Sim \_\_\_\_\_  
( ) Não
6. A instituição oferece algum curso preparatório para exames das classes? Caso ofereça, você já ministrou algum módulo?
7. A ementa das disciplinas, fornecidas pelo PPC do curso, são acrescidas por você de mais informações?  
( ) Sim ( ) Não
8. (Responder apenas em caso afirmativo, da questão anterior). Qual o motivo que o leva a acrescentar mais informação?
9. Você busca alguma forma de atualização na área de Auditoria Contábil, em se tratando das novas Resoluções sobre a matéria. Caso afirmativo, qual a fonte que você utiliza?  
( ) Sim \_\_\_\_\_  
( ) Não
10. Na sua opinião, o curso prepara o discente para exercer a carreira de auditor independente? Justifique sua resposta.

Questionário realizado com o Coordenador do curso de Ciências Contábeis da do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – Campus de Sousa da UFCG.

- 1- Que público alvo o curso pretende atender?
- 2- Que necessidades institucionais, comunitárias ou da sociedade o curso pretende atender?
- 3- Que necessidades dos alunos o curso pretende atender?
- 4- Quais os principais objetivos formais do curso?
- 5- Estes objetivos são viáveis a realidade em termos de capacidade do público alvo, disponibilidade de tempo e de recursos?
- 6- Como os objetivos se relacionam com a competência que os alunos terão em suas carreiras posteriores?
- 7- O curso se destina a preparar os alunos para um campo profissional ou vocacional específico, como os objetivos se relacionam com a competência que eles podem precisar em sua futura carreira?
- 8- Quais disciplinas da Área Auditoria são ministradas nesta instituição?
- 9- A elaboração do projeto de currículo em relação as matéria em Auditoria levam em consideração as exigências do mercado de trabalho?
- 10- Qual a especialização do professor que leciona a matéria em Auditoria?
- 11- A carga horária das disciplinas de Auditoria é suficiente para a preparação do aluno nesta área?
- 12- Na sua opinião, o curso prepara o discente para exercer a carreira de auditor independente? Justifique sua resposta.